



A personalidade jurídica do nascituro sob a perspectiva do direito civil-constitucional

The legal personality of birth under the perspective of civil-constitutional law

Ivo Emanuel Dias Barros¹, Jayanne Hemilly Gadelha de Sá²

RESUMO - Tendo em vista a discussão doutrinária e jurisprudencial acerca da consideração da personalidade jurídica do nascituro, o presente artigo se debruça a analisar de forma minuciosa a adoção da teoria concepcionista pelo Código Civil sob o prisma do direito civil constitucional e seus consequentes embates. O objetivo desta pesquisa é analisar a adoção da personalidade civil do nascituro sob a perspectiva preponderante dos direitos fundamentais diante dos embates doutrinários e dos tribunais superiores. Diante da problemática, operam-se na pesquisa os métodos monográfico e histórico, sob uma pesquisa majoritariamente descritiva, bem como o método de abordagem hipotético dedutivo e as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Conforme o direito civil constitucional, o nascituro deve ser considerado como um sujeito de direitos, levando em consideração o princípio da dignidade humana, embora não seja um pensamento equânime.

Palavras-chave: nascituro, personalidade jurídica, dignidade humana.

ABSTRACT - In terms about the doctrinal and jurisprudential debate about the consideration of the legal personality of the unborn child, this article focuses on discussing, in details, about the adoption of the conceptionist theory by the Civil Code under the prism of constitutional civil law and its consequent knocks. The aim of this research is to analyze the adoption of the civil personality of the unborn child under the predominant perspective of fundamental rights in the face of doctrinal clashes and higher courts. Faced with the problem, the monographic and historical methods are operated in the research, under a mostly descriptive research, as well as the hypothetical deductive approach method and the bibliographic and documentary research techniques. According to constitutional civil law, the unborn child must be considered as a subject of rights, taking into account the principle of human dignity, although it is not an equitable thought.

Keywords: unborn child, legal personality, human dignity.

¹Graduando do Curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. E-mail: ivoemanuel@gmail.com;

²Graduada do Curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. E-mail: jaygadelha@outlook.com;